



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Sra.

**Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças
e Modernização Administrativa**
Deputada Teresa Leal Coelho

Lisboa, 21 de fevereiro de 2017

Assunto: Requerimento para audições do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade, e do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio

Segundo notícias vindas a público existe uma incongruência assinalável entre os valores de transferências para contas sediadas em paraísos fiscais e outros territórios com regime fiscal claramente mais favorável, declarados pelo sistema financeiro no período de 2011 a 2014, publicados pela Autoridade Tributária e Aduaneira em abril de 2016 e os que foram entretanto revistos.

A revisão destes valores que, por razão que o PCP desconhece, não foram publicados entre 2011 e 2015 pelo anterior Governo PSD/CDS, não levantaria grande questão política caso os montantes em causa não correspondessem a quase 10 mil milhões de euros, mais do que duplicando os anteriormente conhecidos.

Para o PCP, as transferências de Portugal para o estrangeiro de elevadas quantias de dinheiro é uma prática que o capital tem vindo a assumir para evitar a sua declaração em território nacional permitindo-se, assim, a fuga aos impostos devidos ou a não declaração de capitais obtidos de forma ilícita.

Ainda nesta legislatura o PCP apresentou diversas iniciativas legislativas com o objetivo de combater essas práticas inaceitáveis, as quais se encontram em debate de especialidade em grupo de trabalho criado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

No entanto, as notícias entretanto publicadas referem-se a um meio de controlo criado ainda em 2010, pelo que as alterações do volume de transferências declaradas e a sua não publicitação durante o mandato do anterior Governo exigem, na opinião do PCP, um apuramento político a que a Assembleia da República não se pode furtar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer a audição, em sede da Comissão Parlamentar a que

V. Exa preside, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade, e do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio.

Os Deputados,

Paulo Sá

Miguel Tiago